

Quadro Negro



CNTE CONTEE



CONTRATO
IMPRESSO ESPECIAL
Nº 4852001
DR/BSB/SINPRO-DF

Informativo do Sindicato dos Professores no Distrito Federal - Ano XXIV - Nº 128 - Janeiro/2003

FORA RORIZ

Assembléia dos professores aprova campanha por ética, decência e esclarecimento à sociedade sobre os desmandos ocorridos no DF. Págs 6 e 7



Prova incontestável de utilização da máquina do governo na campanha de Roriz: ônibus com propaganda do então candidato leva alunos da rede pública para a escola

Atuação do Sinpro impede calendário escolar autoritário

A pronta reação do Sindicato, que pressionou a Secretaria de Educação e preparou-se para entrar na Justiça, assegurou aos professores um calendário de 200 dias letivos sem aulas aos sábados, ao contrário da proposta original do GDF. Página 5

Construir a cidadania é a prioridade

Os primeiros dias do governo Lula já deixaram claro aquilo que ele anunciou durante toda a campanha eleitoral: a prioridade é o Projeto Fome Zero, a fim de garantir o básico da cidadania para todos os brasileiros: três refeições ao dia.

O adiamento da compra de aviões para a FAB encaixa-se nesse objetivo, já que a prioridade para os recursos estatais é combater a fome.

Por outro lado, os anúncios feitos pelos ministros do Trabalho e da Previdência, de abrir o debate sobre as reformas a realizar nas duas áreas, demonstram que agora temos um governo efetivamente democrático, que não se julga dono da verdade, mas sim que pretende ouvir a sociedade em seus diversos

segmentos antes de encaminhar projetos de mudanças estruturais para o Congresso.

A forte adesão popular à posse do presidente Lula, o seu crescimento nas pesquisas de opinião e as manifestações de carinho que tem recebido no país inteiro são demonstrações inequívocas de que vivemos um novo tempo, uma realidade na qual finalmente o povo brasileiro está inserido.

É bom lembrar, entretanto, conforme afirmamos em nossa edição anterior, que a herança deixada pelo governo FHC é muito pesada: a inflação está crescendo, as dívidas externa e interna consomem bilhões de dólares que fazem falta nos investimentos sociais, o desemprego é alarmante, a miséria alcança

quase metade da população.

A equipe econômica do governo já procurou o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para conseguir recursos a juros mais baixos. Pretende, assim, começar pouco a pouco a destruir o castelo de cartas em que se tornou a economia nacional. “Roma não foi feita em um dia”, diz o ditado. Mais de 500 anos de colonialismo, corrupção e entreguismo não serão desfeitos em pouquíssimo tempo. É importante acreditar que o governo Lula promoverá as mudanças que a sociedade exige, assim como é preciso manifestarmos nossas posições, participando do debate democrático e construtivo de que o país tanto necessita.

A dança das cadeiras e a correlação de forças no Congresso

A nova composição do Congresso Nacional, renovada em média 47,5% (46% na Câmara e 49% no Senado), é fruto de dois fenômenos: crescimento da esquerda, liderada pelo PT, e deslegitimação da direita e desgaste dos partidos da base do governo FHC. A consequência disso será a mudança no perfil político-ideológico da Câmara e do Senado, além da alteração na correlação de forças no Congresso, agora mais bem distribuída do que antes.

O crescimento da oposição, além da onda vermelha, é fruto do trabalho permanente das forças que se opõem ao modelo econômico em bases neoliberais. Os partidos de oposição, em particular os de esquerda, fazem a disputa política e eleitoral, com a consciência de que até

uma eventual derrota eleitoral pode significar uma vitória política, na

medida em que forja novos nomes, defende seus ideais e programas e, principalmente, reforça a imagem e os compromissos dos partidos.

Os partidos que se opuseram ao governo FHC, com exceção apenas do PDT, cresceram nesta eleição, tendo como parâmetro o pleito de 1998. O PT, o principal deles, saltou de 59 para 92 deputados, também passando de sete para 14 senadores. O PSB subiu de 18 para 22 deputados e aumentou de três para cinco senadores. O PCdo B passou de sete para 12 deputados, enquanto o PPS saltou de três para 15. O PL pulou de 12 para 26 deputados, enquanto o PDT, que atualmente tem 16 deputados, caiu dos 25 eleitos em 1998 para 21 nesta eleição. Porém aumentou de dois para cinco senadores.

O encolhimento dos partidos de centro, centro-direita e direita – PSDB, PMDB, PFL, PPB e PTB – além do desejo de renovação ética e do desgaste natural do apoio ao governo

FHC, pode ser atribuído ao acelerado processo de deslegitimação da doutrina neoliberal. A população percebe a política de reformas e ajuste fiscal em bases neoliberais como entreguista do ponto de vista econômico, excludente no plano social e, em consequência, ética e moralmente indefensável.

Na base do governo, também tendo como parâmetro a eleição de 1998, o estrago foi maior que o inicialmente imaginado. O PFL, mesmo beneficiado pela verticalização das coligações, reduziu sua bancada de 105 para 84 deputados. No Senado, desceu de 20 para 19. O PSDB, partido do ex-presidente da República, despencou de 99 para 71 deputados na Câmara e de 16 para 11 no Senado. O PMDB caiu de 83 para 74 deputados e de 27 para 19 senadores. O PPB encolheu de 60 para 49 na Câmara e praticamente se extinguiu no Senado, onde despencou de quatro para um. O PTB, que até recentemente apoiou

FHC, desceu de 31 para 26 deputados, porém cresceu de um para três senadores.

Com essa nova configuração, a correlação de forças no Congresso se altera substancialmente, a ponto de os partidos de esquerda, em razão do critério da proporcionalidade partidária, poderem indicar os presidentes das Mesas Diretores das Casas do Congresso e das principais comissões, além de nomear relator

para os principais projetos, emendas constitucionais e medidas provisórias. Na Câmara, o PT, que será o maior partido, poderá indicar sozinho o candidato a presidente, enquanto no Senado exigiria uma coalizão dos partidos de esquerda para formar a maioria.

O maior estrago foi na base do governo FHC: o PFL reduziu sua bancada de 105 para 84 deputados federais; o PSDB despencou de 99 para 71; o PMDB caiu de 83 para 74

O crescimento da oposição, além da onda vermelha, é fruto do trabalho permanente das forças que se opõem ao modelo econômico em bases neoliberais

Antônio Augusto de Queiroz.
Jornalista, analista político e diretor do DIAP.

Salário, Democracia, Saúde, União e Moradia

Estas são as palavras-chave de nossa Campanha Salarial deste ano

1 – SALÁRIO – reivindicamos a recomposição das perdas acumuladas, de acordo com o índice do Dieese, do mês de fevereiro de 2003. Este item origina vários outros, como a reestruturação do Plano de Carreira, gratificações, pagamento de pendências financeiras etc.

2 – DEMOCRACIA – reivindicação histórica dos professores e comunidade escolar. O resultado do plebiscito realizado em dezembro – ver pág. 4 – fortalece ainda mais nossa posição. Vamos dar um basta no autoritarismo, desrespeito, arrogância, descompromisso e submissão política de muitos diretores das escolas públicas.

3 – SAÚDE – 50% dos professores sofrem de algum tipo de doença. Os baixos salários, o autoritarismo, a sobrecarga de trabalho, o número excessivo de alunos por sala, as péssimas condições de trabalho, a pressão diária, tudo isso adoecem os professores. É preciso mudar esta situação. Secretarias de Edu-

cação de outros estados prestam assistência aos trabalhadores – ver pag. 10. Vamos lutar para conquistar o direito à assistência à saúde dos professores.

4 – MORADIA – Os baixos salários dos professores não permitem a aquisição da casa própria, empurrando-os para a periferia do DF e entorno. Nossa qualidade de vida se deteriora. É urgente uma campanha para exigir do GDF um projeto de moradia para os professores.

5 – UNIÃO – a palavra-chave mais forte desta e de todas as campanhas é a UNIÃO. União de fato de todos os professores, para juntos, entendendo que a luta é responsabilidade de cada um, porque as conquistas vão para todos, e unidos, com a garra e a responsabilidade que caracterizam a categoria, haveremos de realizar uma CAMPANHA SALARIAL forte, vitoriosa, respeitada pela sociedade e que traga resultados positivos para todos os professores.

**Augusta -
Diretora de Imprensa do Sinpro**



Diretores do Sinpro e a atual Secretária de Educação do DF

Sinpro é recebido pela nova Secretária de Educação

No dia 7 de janeiro, a diretoria do Sindicato dos Professores foi recebida pela atual Secretária de Educação, professora Maria de Fátima, acompanhada pelo Chefe de Gabinete e assessores.

Na ocasião, a diretoria do Sindicato esclareceu sua função de legítima representante da categoria, que precisa negociar todas as questões dos professores com o nosso patrão, que é o GDF, e a forma desrespeitosa e provocativa como o governo, e em especial a ex-Secretária, trataram os professores nos últimos anos.

A nova Secretária garantiu que o relacionamento de agora em diante será diferente e as negociações respeitadas, para evitar as constantes crises entre as partes.

Apresentamos os pontos negociados na greve do ano passado e não cumpridos pelo GDF, como a reformulação do Plano de Carreira, o pagamento das pendências financeiras, o constante atraso no pagamento do auxílio-transporte e a transformação em vale, o também constante atraso do repasse das mensalidades pagas ao Sinpro, o abono e pagamento dos dias de paralisação do ano passado etc.

A professora Maria de Fátima disse que irá se inteirar de tudo, estudar a situação, encontrar-se com o Secretário de Fazenda e depois chamar a Comissão de Negociação para responder sobre nossos pleitos. Até o momento isto não aconteceu. Estamos aguardando.

Nesse encontro, questionada sobre a possibilidade de atraso dos pagamentos previstos para antes das férias, a Secretária foi categórica e afirmou que “tudo sairia no dia previsto e qualquer informação diferente era boato, fofoca”. Infelizmente não foi o que ocorreu. O pagamento de 1/3 das férias e dos 40% de adiantamento salarial não foi feito no dia 14, conforme determina a lei. O adiantamento de 50% do décimo terceiro salário também não.

No fechamento desta edição, dia 16, fomos informados que o pagamento ocorrerá nesta noite, portanto com 48 horas de atraso. É um péssimo começo para quem acenou com o diálogo mas repetiu velhas práticas já conhecidas nossas, que sempre vêm em prejuízo dos professores.

Valeu a luta: vitória do Sinpro e da comunidade Escola Normal de Ceilândia continua

A Secretaria de Educação do DF (SEE/DF) voltou atrás e cedeu às pressões da comunidade escolar e do Sindicato dos Professores: decidiu manter em funcionamento a Escola Normal de Ceilândia. A decisão foi anunciada no último dia 15, em reunião realizada entre a comunidade escolar, representantes do Sinpro e o Chefe de Gabinete da SEE/DF, professor Sinval Lucas.

O GDF concluiu que a comunida-

de escolar tinha razão em lutar para manter a escola funcionando, já que as condições físicas da mesma, ainda que não sejam as melhores, encontram-se com capacidade de utilização, superior inclusive a de outras escolas cujo funcionamento está previsto para desenvolver-se normalmente. A SEE/DF fará obras emergenciais para o pleno funcionamento da Escola Normal da Ceilândia este ano.

Esta vitória atesta que a luta vale sempre.

Em defesa da escola pública

Plebiscito sobre gestão democrática

Comunidade escolar aprova a gestão democrática com eleições diretas

A comunidade escolar é a favor da gestão democrática nas escolas, com **eleição direta para as direções**. Esta é a conclusão do plebiscito sobre gestão democrática realizado pelo Sinpro em dezembro: 94% dos eleitores votaram a favor da eleição direta para diretores das escolas. Outros 6% votaram em branco, nulo ou contra a eleição.

O plebiscito contou com grande adesão dos professores, apesar de muitas escolas se encontrarem em atividades de final de ano, como provas finais, conselhos de classe etc. Além disso, parte da comunidade escolar já estava voltada para as festividades de final de ano.

A categoria abraçou o encaminhamento do Sindicato e realizou o plebiscito em todas as regiões do Distrito Federal, com grande adesão nas regiões mais populosas como Ceilândia, Samambaia, Taguatinga, Plano Piloto, Planaltina, etc. Recanto das Emas foi a satélite mais favorável à democratização das escolas, com 97% dos votos.

Dos 64.115 votantes, 59.762 votaram a favor da gestão democrática nas escolas, 3.851 votaram contra, 250 votaram nulo e 252 em branco.

Agora, a diretoria do Sindicato encaminhará uma ação popular, a fim de pressionar o GDF a democratizar efetivamente as escolas. Além disso, enviará o resultado da consulta popular para os ministérios Público e da Educação, para as câmaras Federal e Distrital e para o Executivo - Secretaria de Educação.



Mais de 64 mil pessoas votaram no plebiscito sobre a gestão democrática organizado pelo Sindicato, cuja apuração demandou muito trabalho. Foram professores, alunos e pais; a comunidade escolar demonstrou que quer a democracia nas escolas públicas

Professora de Taguatinga ganha prêmio da Unesco

O projeto sobre *Sexualidade e Drogas* da professora *Sandra Carvalho Cavalcanti Freitas*, do CEM 06 de Taguatinga, foi o primeiro colocado no concurso organizado pela Unesco e Nações Unidas, em 2002.

Intitulado Prêmio de Incentivo à Prevenção DST/Aids e Drogas nas escolas, o concurso foi em nível nacional, com mais de 200 concorrentes.

Sandra, professora de Biologia, especializada em Educação Sexual, desenvolveu o projeto "Educando para a Vida" há dois anos, com trabalho voltado para adolescentes.

Segundo ela, o projeto possui três programas específicos: um voltado para os alunos, com ênfase na vivência dos adolescentes, que montam peças teatrais, simpósios etc.; outro destinado aos pais, com palestras e encontros; e o terceiro dirigido aos professores, a fim de que desenvolvam uma mesma linguagem sobre a sexualidade. Parabéns, professora Sandra, é assim que fazemos a melhor escola pública, com o empenho e compromisso, que são a marca maior de nosso trabalho.

Professores aposentados se confraternizam e participam da luta

No final do ano os professores aposentados participaram da tradicional Confraternização Natalina. Com a presença de mais de 500 companheiros, foi realizado um coquetel dançante, que propiciou a integração desta importante parcela da categoria.

Na ocasião, os aposentados participaram do plebiscito realizado pelo Sindicato sobre gestão democrática com eleição direta para diretores das escolas públicas. O resultado mostrou que 94% dos presentes votaram a favor.

Eventos como esse são importantes para a confraternização dos aposentados, assim como para integrá-los nas lutas da categoria, que está empenhada em garantir as conquistas da luta do ano passado, tais como a reformulação do plano de carreira, pagamento das pendências financeiras, bem como em construir uma Campanha Salarial vitoriosa em 2003.

Isabel Português, José Calixto e Chico do Gama são os diretores responsáveis pelo departamento de Aposentados do Sindicato



Conforme prevê a LDB, calendário terá 200 dias letivos

Reação do Sinpro impede calendário arbitrário

A imediata reação do Sinpro conseguiu até a capa do Jornal de Brasília, tradicional apoiador de Roriz



Apronta reação do Sinpro à divulgação do calendário do ano letivo de 2003 foi determinante para que a Secretaria de Educação não incluísse como dias letivos 13 sábados durante o ano. Essa decisão, tomada ainda em dezembro, havia sido divulgada na primeira semana de janeiro e gerado protestos indignados dos professores, já que feria o contrato de trabalho que prevê 40 horas semanais.

Na negociação realizada no dia 7 de janeiro, com a secretária de educação Maria de Fátima Guerra, ficou acertado

que será mantido o calendário com 200 dias letivos, sem aulas aos sábados. Se essa decisão não fosse revertida, o Sinpro lutaria na Justiça para garantir o direito dos professores.

A apresentação dos professores para o ano letivo de 2003 está marcada para o dia 17 de fevereiro e a dos alunos para o dia 24 do mesmo mês.

Na negociação, solicitada pelo Sinpro, ficou definida uma nova reunião com a secretária para o mais breve possível, a fim de tratar das pendências do GDF com a categoria, reformulação do Plano de Carreira, pagamento das pendências financeiras, opção de recebimento em pecúnia do auxílio-transporte, abono das paralisações, marcação de licenças-prêmio, entre outras.

União vence autoritarismo

Os professores, alunos e funcionários do CEF 13 do P-Sul, em Ceilândia, no mês de outubro de 2002, após travarem uma luta incessante, conseguiram destituir do cargo de diretor o professor Geraldo Santana, que dirigiu a escola de forma desastrosa por quase dois anos.

O professor Geraldo, que é oriundo da GRE do Núcleo Bandeirante, mas está em Ceilândia há vários anos, é acusado de autoritarismo, negligência, omissão, maus-tratos, ausência no trabalho e gestão temerária.

Ainda mais: segundo informações de membros da própria GRE, sofreu sindicância interna e está pagando do próprio bolso material de merenda escolar desviada de forma ilícita.

Professores, alunos, pais e funcionários se sentiram aliviados com a sua destituição após um belo movimento que contou com a participação de todos. Estamos fortalecidos e certos de que a união da comunidade escolar pode gerar uma escola mais atuante, democrática, transparente e humana.

Vale salientar e agradecer a participação e apoio efetivo da direção do Sinpro, que foi de muita valia e estímulo para essa vitória.

Professores do CEF 13 de Ceilândia.

Cheque-educação:

uma armadilha rumo à privatização do ensino



O cheque-educação é um tíquete doado às famílias que permite aos pais colocar os filhos em escolas comunitárias, sustentadas no primeiro ano de funcionamento pelos recursos do cheque-educação. No segundo ano de sua implementação, caso os pais não queiram, poderão mudar de escola, matriculando seus filhos nas escolas privadas.

Assim, o cheque-educação é o fim das escolas públicas, que seriam transformadas em escolas comunitárias, e o fortalecimento das escolas particulares, que receberiam recursos do Estado para garantirem seus lucros, sem qualquer compromisso com a elaboração de um projeto político-pedagógico adequado à comunidade

onde está inserida a escola.

Existem muitos pais que estão sendo enganados pela proposta do cheque-educação, acreditando que poderão melhorar a qualidade de ensino de seus filhos sem qualquer ônus financeiro. Estão enganados, já que a adoção do cheque-educação é um passo decisivo para o fim do ensino público, como responsabilidade do Estado. A partir de sua implementação, o que pode acontecer é a privatização do ensino como um todo, diminuindo ainda mais a qualidade da Educação e assegurando lucros cada vez maiores para os donos das escolas particulares. E os professores seriam prejudicados, pois as escolas públicas perderiam suas vagas para as instituições privadas, travestidas de "comunitárias".

FORA RORIZ



Os diretores do Sinpro, Augusta e Raimundinho, juntamente com professores da base, entregam ao Ministério Público do DF pedido de apuração de irregularidades e de grilagem de terras no Distrito Federal

Por onde passamos, seja nas escolas ou nas ruas, somos questionados se o Sinpro não vai fazer alguma coisa com relação às eleições no DF. O que se percebe nesses questionamentos... Primeiro, que nosso Sindicato, apesar dos ataques sistemáticos do governo Roriz, capitaneados pela ex-secretária de Educação, conhecida de todos, não se sentiu abalado, uma vez que esta instituição dos trabalhadores, ao longo de sua história dá mostras de representatividade e garra na luta contra o autoritarismo e os desmandos de governos como este. Segundo,

percebe-se um claro sentimento de que algo deve ser feito, que somente esperar a Justiça não tem sido uma boa alternativa, até porque a Justiça no Distrito Federal tem se mostrado, no mínimo, conivente, para não cometermos injustiças, com outros predicados menos nobres. Afinal, a Justiça é cega.

No entanto, este sindicato não pretende se curvar aos desmandos e falta de justiça que assolam esta cidade. Faremos, a partir do início de 2003, uma campanha de esclarecimento junto à sociedade sobre as falcatruas, corrupção generalizada e ausência de políticas públicas decentes nas áreas sociais, assim como na educação e saúde. Essa campanha, aprovada em assembléia da categoria, também visa cobrar da

Justiça o cumprimento de seu papel, sob pena de cair em desgraça perante a sociedade, caso insista em não condenar e punir os malfeitores encastelados no Palácio do Buriti e na Câmara Legislativa, escondidos em mandatos que, longe de serem conquistados democraticamente, foram conseguidos graças a compra de votos, distribuição irregular de lotes, malversação de verbas públicas, etc.

Essa campanha não pode ser confundida com o "terceiro turno das eleições". É mais uma luta dos trabalhadores por decência, moralidade e ética. É antes uma defesa da democracia usurpada. É acreditar que a política não é suja, que fazer política é defender os interesses da coletividade... Por isso, bradamos em alto e bom som: **fora Roriz**, chega de corrupção, limpemos a nossa cidade de tanta sujeira,

busquemos, junto com o povo brasileiro, a dignidade, o idealismo, a honradez e a seriedade no trato da coisa pública.

Para isso teremos que banir a bandalheira, a corrupção generalizada, a falta de respeito, o desgoverno. Juntos somos fortes e juntos com os demais trabalhadores haveremos de lograr êxito nessa campanha, que não é apenas do Sindicato dos Professores, mas de todo o povo brasiliense que clama por honestidade.

Raimundinho
Diretor do Sinpro



Câmara Legislativa: correlação de forças continua difícil para os trabalhadores

A renovação expressiva na Câmara Legislativa infelizmente não alterou o quadro de maioria que o governador Joaquim Roriz possui naquela casa para aprovar as matérias de seu interesse. Dos vinte e quatro deputados distritais que assumiram em primeiro de janeiro, apenas oito podem ser considerados de oposição.

No campo da educação, a tragédia foi expressiva: além de não ter sido eleito nenhum educador do campo progressista, foram eleitos dois notórios representantes do autoritarismo e do patronato: **Eurides Brito e Izalci Lucas**. A primeira dispensa apresentações, e todos nós sabemos como as escolas e seus diretores foram utilizados durante a campanha. O Sinpro flagrou ônibus fretado por administrações regionais para fazer campanha para a candidata. Por sua vez, Izalci Lucas, ex-presidente do sindicato patronal (Sinepe), é o defensor do famigerado cheque-educação,

uma idéia que pretende desviar dinheiro da escola pública para os bolsos dos donos de escolas particulares.

Nunca se viu o uso tão descarado da máquina pública e do poder econômico como nestas eleições. O resultado: eleição de um grileiro foragido da Justiça - Pedro Passos; - de um conhecido incentivador de invasões; - José Edmar - que tem na invasão da Estrutural o seu curral eleitoral; de parlamentares envolvidos com a máfia dos grileiros - Gim Argello e Odilon Aires - de político envolvido com desvios de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT - Wigberto Tartuce - de um deputado suspeito de favorecer condomínios - Benício Tavares -, apenas para citar alguns dos deputados rorizistas envolvidos em irregularidades.

Se por um lado o governo Roriz garantiu uma maioria, por outro a Câmara Legislativa e os aliados rorizistas nunca estiveram tão desacreditados junto à sociedade. Isso pode fazer com que, mesmo com maioria, seja difícil "passar o

rolo compressor" como na legislatura passada, onde nem mesmo prazos regimentais eram respeitados para aprovar propostas de Roriz.

A **oposição** é representada por políticos expressivos e atuantes na política local. Reúne a ex-vice-governadora, Arlete Sampaio, distrital mais votada - mais de 35 mil votos - o ex-deputado federal Chico Vigilante; a ex-presidente do Sindicato dos Bancários e da CUT-DF, Erika Kokay, Paulo Tadeu, Chico Floresta, Chico Leite, Augusto Carvalho e Peniel Pacheco. Sem dúvida, uma oposição qualificada para os embates com os deputados da situação, rorizistas, de direita.

Diante desse quadro, será fundamental que a população esteja atenta para acompanhar os projetos em tramitação. A participação popular será decisiva para evitar que sejam aprovadas leis que prejudiquem o Distrito Federal e comprometam nossa qualidade de vida e nossos direitos.

Fernando Henrique veta fundo para o DF

No apagar das luzes, o governo Fernando Henrique vetou pontos importantes do Fundo Constitucional do DF, que haviam sido aprovados por consenso no Congresso Nacional. O deputado Pedro Celso (PT-DF), autor do substitutivo aprovado, classificou a medida como “um golpe” da bancada rorizista na Câmara Federal. Os vetos prejudicam sobretudo o controle popular sobre os recursos que serão aplicados na educação, saúde e segurança. Além disso, foi vetado o artigo que previa o acréscimo de recursos às dotações do Fundo sempre que forem criados novos cargos, ou concedidos reajustes ou vantagens salariais aos servidores da Secretaria de Segurança. Isso significa dizer que, se forem contratados novos policiais, com o aumento da folha, os recursos para pagamento terão que ser desviados da **saúde e da educação** para pagá-los. Brincadeira.

Em entrevista ao *Quadro Negro*, o deputado Pedro Celso analisa a importância do Fundo no sentido de garantir recursos para essas áreas prioritárias.

QN – Como o senhor avalia os vetos do presidente Fernando Henrique ao Fundo Constitucional?

Pedro Celso – Considero os vetos **um golpe e uma traição da bancada rorizista** que apoiou o projeto apenas para fazer jogo de cena, se beneficiar politicamente disso e depois foi ao governo federal para vetar o controle social dos recursos. Ficou claro que eles não pretendem dar transparência à gestão dos recursos das áreas. A justificativa de Fernando Henrique para vetar o comitê que fiscalizaria a gestão é pífia: se há outros órgãos que podem fazer o acompanhamento e fiscalização, por que há tantas denúncias de corrupção no país que não são apuradas? Quisemos garantir que a sociedade acompanhasse a aplicação dos recursos, que em última instância saem do bolso do contribuinte.

QN – Qual a importância da aprovação desse fundo para o Distrito Federal?

Pedro Celso – Primeiro, é preciso registrar a luta da sociedade do DF em torno dessa conquista e ressaltar o papel dos professores e dos companheiros da área de saúde e segurança para que tivéssemos definitivamente regulamentada a destinação de recursos para as três áreas. A criação do Fundo é muito importante para acabar com o eterno ir e vir de pires na mão dos

governos do Distrito Federal, qualquer que seja ele.

Esse Fundo não é um privilégio, é um direito, afinal sediamos os três poderes da República e isso tem um custo alto que o DF não tem condições de arcar sozinho. O Fundo garante o aporte orçamentário para essas áreas, prioritárias para garantir a qualidade de vida no Distrito Federal.

QN – Como seria feito o controle pela sociedade da aplicação desses recursos?

Pedro Celso – O projeto aprovado prevê a criação do Comitê de Acompanhamento e Controle Social com representantes do governo, do Legislativo, da área federal, do Ministério Público e de três representantes da sociedade civil vinculados a entidades das três áreas. Considero esse comitê uma grande conquista, porque vai dar mais controle social sobre os recursos que chegam ao Distrito Federal. São fartas as notícias de desvios da saúde e da educação para outros objetivos. Então é fundamental que a sociedade controle a aplicação desses recursos. Isso é importante não só para a população, mas também para o governo federal, que teria certeza do uso correto das verbas repassadas. Por isso não entendemos o veto presidencial aos artigos que tratam do funcionamento do Comitê.

QN – Na medida em que define que os seus recursos sejam obrigatoriamente aplicados nas três áreas, o Fundo poderá evitar desvios de verbas?

Pedro Celso – O projeto original enviado por Fernando Henrique Cardoso continha um termo que dizia que os recursos seriam aplicados prioritariamente nas três áreas. Ao retirarmos o termo “prioritariamente”, garantimos que as verbas serão aplicadas obrigatoriamente em **saúde, educação e segurança**. Dizer que vai impedir o desvio, não posso afirmar isso com toda a tranquilidade. Agora, que vamos aumentar e muito o grau de dificuldade para que essas verbas sejam manipuladas, que haja manobras com essas verbas, isso não tenho dúvida. Com esse comitê, que terá a participação de todos os segmentos, a transparência deixa de ser uma retórica. Essa é uma luta histórica do PT do DF.

QN – O fundo vai pagar os salários das áreas?

Pedro Celso – Essa verba é para folha de pagamento e manutenção das três áreas. Verbas para investimentos têm que vir do Orçamento da União,

mas nada impede que o GDF destine recursos próprios para as áreas, tanto para manutenção quanto para políticas de pessoal. É obrigação do GDF realizar investimentos com a sua arrecadação. Não dá para deixar tudo por conta dos recursos oriundos do governo federal.

QN – Foram definidos valores?

Pedro Celso – Foram estipulados inicialmente RS 2,9 bilhões, valor reajustado de acordo com a variação da receita corrente líquida da União. Essa variação é apurada nos meses de junho e julho e os valores proporcionais devem ser repassados no dia cinco de cada mês. Temos assim a forma de reajustamento, a data de pagamento e esperamos resolver o problema do repasse da União para o Distrito Federal.

QN – Então a desculpa de que não há recursos federais para o pagamento não se justificará mais?

Pedro Celso – Aquele eterno ir e vir de pires na mão vai acabar a partir da implantação definitiva do Fundo, nos moldes em que ele foi aprovado.

QN – Voltando ao Comitê...

Pedro Celso – Esse comitê terá a incumbência de fiscalizar. A comissão pode, detectado o uso inadequado dos recursos, propor ações junto ao Ministério Público e aos órgãos competentes para aplicar as sanções cabíveis. Por isso a participação da sociedade é fundamental na aplicação desses recursos.

QN – Como vai ser agora a luta, depois dos vetos?

Pedro Celso – Gostaria mais uma vez de ressaltar o importante papel que o Sinpro desempenhou nessa luta, pressionando pela votação desse fundo, lutando junto à Câmara Legislativa, Palácio do Buriti e junto à Câmara Federal. Eu, como relator desse projeto, tive a oportunidade de conversar com o Sindicato dos Professores várias vezes e recebi sugestões valiosas, que foram aproveitadas no meu substitutivo. A bancada do PT continuará a defender o projeto tal como ele foi aprovado e para isso, se necessário, poderá ser apresentado novo projeto na Câmara, na nova legislatura. Podemos também pressionar para a derrubada dos vetos presidenciais, o que é demorado. Mais uma vez saliento a importância de a sociedade brasileira se organizar para impedir que o Fundo seja desvirtuado.

O deputado federal Pedro Celso (PT-DF) classificou como “golpe” o veto de FHC ao projeto consensual da Câmara

Nota de esclarecimento à comunidade

Os professores deste Centro de Ensino vêm, de forma respeitosa, esclarecer o conteúdo da Carta escrita pela direção desta unidade de ensino, sem o nosso conhecimento, no dia 08.11.02 e entregue à comunidade de Planaltina.

1. Sabedores que somos da importância do nosso trabalho em sala de aula, mesmo enfrentando sérias dificuldades salariais e péssimas condições de trabalho, continuamos nossa tarefa de contribuir para a transformação da sociedade através da formação do cidadão crítico, ético, autônomo, solidário e responsável.

2. Sabemos bem o significado de cidadania que alguns adotaram para inaugurar o consenso definitivo, negando o conflito de interesses que a lógica do poder impõe. Continuamos firmes defendendo que cidadania é aquela que sabe tomar consciência das injustiças, descobre os direitos, vislumbra estratégias de reação e tenta mudar o rumo da história. E esta prática permanente requer participação. Por isso o cidadão é um ser participante.

3. Nessa lógica, devemos esclarecer que a transferência dos alunos e professores não foi feita de forma emergencial. Ela foi programada com antecedência por uma comissão de professores: Anexo do Centro Educacional 02, Regional de Ensino e Direções dos Anexos. Lembramos também que estávamos distribuídos em várias escolas: o conhecido Barracão (Anexo do CED 02), CIE (Anexo do CED 02) e CEP Saúde (Anexo do CED 01). Portanto, os dirigentes escolhidos deveriam, antecipadamente, tomar conhecimento da realidade da escola nova, levantar as dificuldades e de forma democrática e transparente, solicitar ajuda se necessário fosse. Cabia também aos dirigentes reunir a comunidade escolar e montar o projeto pedagógico contendo as dimensões pedagógica, política, social, cultural, administrativa e humana – identificando o eixo central da escola. Infelizmente a não observação desses procedimentos levou a Direção a contrair sérios problemas pedagógicos. Reafirmamos através deste depoimento que solicitamos a discussão do projeto pedagógico, direito que nos foi negado.

4. Esclarecemos ainda que em nenhum momento nos sentimos inseguros com relação ao momento político – eleições. Somos trabalhadores em educação concursados e os contratados temporariamente passaram por um processo seletivo. Somente a direção da escola estava em situação desconfortável, chegando a realizar

reunião e colocando o cargo à disposição da GRE, independente do resultado eleitoral.

5. Quanto ao item em que a direção diz primar pela educação de qualidade, insinuando que os professores e alunos não atendem a esse quesito, demonstra claramente a falta de comprometimento com o ensino público e a falta de preparo de uma equipe que deseja ser dirigente.

6. Com relação ao movimento grevista dos professores ou qualquer outra categoria de trabalhadores, esclarecemos que existem as instâncias deliberativas dos mesmos, que são as assembleias gerais. As negociações são feitas entre a comissão que representa os professores e a comissão do governo, não cabendo à direção da escola discutir esse tema.

7. É necessário deixar claro que a Secretaria de Educação, após o término da greve, enviou uma resolução orientando a reposição das aulas. E que em mesa de negociação foi dito pelo governo que os contratos temporários estariam à disposição de todas as unidades de ensino para suprir eventuais carências. Portanto, mais uma vez a Direção deixou de cumprir com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares inerentes ao cargo.

8. Os professores desta unidade de ensino foram surpreendidos quando a direção, em reuniões realizadas nos turnos matutino, vespertino e noturno, mencionou a existência de um suposto documento enviado à Regional contendo irregularidades administrativas e ou pedagógicas. Diante dessa informação, nós exigimos que sejam feitos os devidos esclarecimentos e que esse tipo de expediente não seja utilizado para denegrir a imagem de profissionais reconhecidamente competentes e respeitados pela comunidade escolar.

9. Por último, esclarecemos que os benefícios conquistados pelos professores em suas intermináveis lutas não desestimulam os alunos. Ao contrário, mostramos na prática que a mobilização dos trabalhadores por melhores condições de vida constitui rica aula de cidadania.

10. Senhores pais, lamentamos ainda não ter conseguido resgatar a verdadeira escola pública de qualidade para os nossos filhos. Mas saibam que nossa luta é eterna por uma sociedade justa e igualitária. Continuaremos nossa caminhada, pois sabemos que o nosso sonho é coletivo e iremos perseguir-lo sempre.

**Professores do Centro de Ensino
Médio Stella dos Cherubins G. Trois - Planaltina - DF**

“Era uma casa muito engraçada, não tinha teto, não tinha nada”

Nota-se que uma antiga canção vive, principalmente em se tratando do contexto do Ensino Médio Público do Distrito Federal, o que evidencia a aplicabilidade dessa canção às escolas públicas das áreas mais empobrecidas.

Verifica-se, via experiência in loco, que o Ensino Médio público do DF está descaracterizado: faltam auditório, vídeo decente, tele-classe, laboratórios, gestão democrática, segurança, serviço de orientação educacional e, sobretudo, condições de trabalho.

A canção continua refletindo a realidade do Ensino Médio. “Ninguém podia entrar nela não, porque na casa não tinha chão”. O projeto político pedagógico é o chão da escola, onde se traçam os rumos da educação. Este foi engavetado e, em muitas escolas, sequer tem tal projeto.

Parece coincidência, mas é pura circunstância: o fragmento “ninguém podia dormir na rede, porque na casa não tinha parede” tem a ver com a realidade da Escola Classe 325 de Samambaia, onde não há

parede, mas madeira de taboca, já comprometida e que pode dasabar ou pegar fogo a qualquer momento.

Dentro de um contexto educacional como tal, torna-se difícil produzir e ter prazer no trabalho. Pelo contrário, toda a comunidade escolar se torna vítima de uma situação precária, caindo na apatia e no desânimo, o que é ruim em se tratando de estímulo para participar e construir uma escola agradável e realizadora.

Os profissionais da educação no Ensino Médio desdobram-se para trabalhar em meio às cinzas, para oferecer o mínimo possível. Vive-se na carne o evidente descaso das lideranças políticas que, lamentavelmente, vêm a educação como gasto sem significado e não como um investimento para assegurar uma melhor qualidade de vida.

Diferente da casa muito engraçada, o Ensino Médio público federal não está tão engraçado, pois não se trata de algo cômico, mas trágico e que requer olhar e cuidados

especiais de todos os segmentos.

Por outro lado, o direito de padrão de qualidade educacional, assegurado na Constituição Federal, nos artigos 205/206, não passa de uma proposição abstrata e distante de nossas escolas públicas, inclusive do Centro de Ensino Médio 123 de Samambaia, onde “ninguém podia fazer pipi, porque penico não tinha ali”. É vergonhoso uma escola não ter nem papel higiênico para os alunos.

Enfim, o Ensino Médio Público do DF precisa de maior atenção das autoridades ... para um trabalho mais qualitativo, além de compreender o espaço escolar enquanto um lugar de construção do saber, do questionamento, da gestão democrática, da autonomia e da promoção da vida humana em todas as dimensões.

**Cristino Cesário Rocha – professor de
Sociologia no Centro de Ensino Médio 123 de
Samambaia-DF**



De Olho em Seus Direitos

Direito do professor-estudante à compatibilidade de horário

O professor da Rede Pública de Ensino do DF que também seja estudante tem direito de compatibilizar o seu horário de trabalho com o horário de estudo, mediante compensação das horas não trabalhadas em razão das aulas assistidas, mantendo-se a mesma duração da carga horária de trabalho semanal.

O artigo 98 da Lei nº 8.112/90 é absolutamente claro ao estabelecer tal direito, sendo obrigação da direção da unidade de ensino acomodar o horário de trabalho do professor de forma especial.

Por outro lado, a LDB assegura que poderá ser utilizado o horário de coordenação para o aprimoramento da formação profissional continuada do professor. Isso significa que o professor-estudante poderá assistir a aula também no horário de coordenação.

O professor-estudante que tiver problemas com o cerceamento do seu direito de ajustar o horário de trabalho ao horário escolar deverá procurar o departamento jurídico do Sinpro para o encaminhamento de mandado de segurança.

Ponto facultativo

O ponto facultativo também é direito do professor da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal. A partir do momento em que é editado decreto declarando determinada data como ponto facultativo, a decisão de trabalhar ou não passa a ser exclusiva do servidor, ressalvando-se apenas as atividades vi-

tais à população, como atendimento hospitalar de pronto socorro, bombeiros etc.

Se o professor decidir não trabalhar no ponto facultativo, não há necessidade de reposição das aulas não ministradas. Caso seja exigido pela direção da unidade de ensino tal reposição, isso equivale a convocação para trabalho extraordinário, fazendo jus o professor ao recebimento das respectivas horas extras.

Com relação ao calendário escolar, três aspectos merecem ser destacados. O primeiro deles é que o dia letivo não está vinculado ao professor individualizada-mente, mas à unidade de ensino. O segundo é que a LDB exige que o calendário escolar tenha 200 (duzentos) dias letivos, com pelo menos 800 horas-aula. No caso da Rede Pública de Ensino, além dos 200 (duzentos) dias letivos, há uma carga horária anual de 1.000 (mil) horas-aula. O último aspecto é que a atividade escolar, para que seja considerado o dia letivo, não precisa ser obrigatoriamente com regência.

Assim, a primeira coisa a ser observada é se houve ou não atividade na unidade de ensino como um todo no dia do ponto facultativo. Se a escola tiver funcionado, em que pese alguns professores tenham optado por não trabalhar no ponto facultativo, isto, por si só, afasta a possibilidade de recomposição do calendário.

Quanto ao segundo aspecto, mesmo que não tenha funcionado a totalidade da unidade de ensino no ponto facultativo, o conteúdo pedagógico

que seria trabalhado pode ser distribuído nas aulas subsequentes, em razão do excedente de 200 (duzentas) horas-aula anuais previstas no calendário da Rede Pública de Ensino do DF.

Em relação ao último aspecto, nada obsta que no dia do ponto facultativo o professor substitua a aula expositiva por atividades para os alunos como trabalhos de pesquisas ou outros a serem realizados fora da sala de aula.

Há, portanto, várias alternativas que permitem a acomodação do ponto facultativo com o cumprimento do calendário escolar, sem que o professor necessite fazer qualquer tipo de reposição. Basta que haja boa vontade da direção da unidade de ensino.



Márcia Francine Lopes e Vasconcelos Ribas

Disciplina: atividades 40h
Escola: DRE – Cruzeiro/Plano Piloto
Permuta: Taguatinga Sul ou Norte
Telefones: 356-6983 / 9608-7442

Ana Lúcia Gomes

Disciplina: Língua Portuguesa – 40h
Escola: CEF 11 - Gama
Permuta: Uberlândia (MG)
Telefone: 915-0574

Maria da Glória Monteiro

Disciplina: Atividades
Escola: EC 407 Samambaia
Permuta: Ceilândia
Telefones: 375-2858 / 585-5945

Edvandia Lopes Ribeiro

Disciplina: Atividades 40h
Escola: EC 407 Samambaia
Permuta: Ceilândia
Telefones: 357-6863 / 359-1530

Cláudia Regina J. Fernandes

Disciplina: Biologia 40h
Escola: Setor Leste
Permuta: Plano Piloto ou redução da carga horária
Telefone: 9287-9343

Edilson dos Reis Torres

Disciplina: Língua Portuguesa (jornada ampliada – 2º Grau)
Escola: CE 04 de Sobradinho
Permuta: Planaltina
Telefones: 9977-3851 / 388-5922

Direitos dos trabalhadores:

40% de antecipação do salário, 1/3 de férias e antecipação do 13º Salário

A remuneração decorrente do adiantamento de férias está prevista na Lei do DF nº 1.139/96. O valor referente a este adiantamento de férias é de 40% da remuneração líquida do servidor no mês de seu recebimento.

Para fazer jus ao adiantamento de férias, o servidor somente precisa requerer este benefício.

O Secretário de Fazenda e Planejamento do DF, pretendendo lançar para futuro incerto o gozo do adiantamento de férias, fez publicar portaria condicionando o seu pagamento à “existência de recursos orçamentários e financeiros”.

Entretanto, a lei que instituiu o adiantamento não estabeleceu nenhuma condição para seu

pagamento. Portanto, nenhuma portaria pode criá-la. A portaria é inferior à lei.

1/3 de férias e antecipação da gratificação natalina

A parcela relativa a 1/3 de férias está prevista na Constituição Federal (art. 7º, inciso XVII), havendo previsão de seu pagamento, também, na portaria de 22 de janeiro de 1999.

Já a antecipação da gratificação de natal está prevista na portaria de 22 de janeiro de 1999 e sua concessão está condicionada à prévia solicitação do servidor e à conveniência da Administração.

Saúde do professor: quem deve pagar a conta?

Como sabemos, a questão da saúde vem se tornando um dos problemas mais sérios de nossa categoria. Nas escolas da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal são raros os dias em que não tem professor de atestado médico. A jornada de trabalho, o número de turmas e de alunos por professor, a burocracia, a violência, o autoritarismo e os baixos salários são alguns dos motivos que contribuem com o agravamento da situação. Este quadro, associado a outros fatores, traz sérias consequências à vida pessoal e profissional de muitos educadores, inclusive ao pedagógico. Infelizmente, a Secretaria de Educação do DF não dispensa a devida atenção ao problema e transformou o SMO em um órgão meramente fiscalizador e até punitivo, como comprovam as inúmeras denúncias, ao invés de prestar um serviço de informação e prevenção.

Pagamos nossos impostos religiosamente, inclusive para manter a saúde pública

Como servidores públicos pagamos nossos impostos religiosamente, inclusive para a manutenção da saúde pública. Porém, não podemos contar com o atendimento da Rede Pública de Saúde do DF devido ao seu estado de abandono. Hoje, o professor que necessita de uma segurança na área de saúde acaba tendo que pagar os preços exorbitantes dos planos de saúde privados.

Em outros estados como Minas Gerais, São Paulo e Goiás é diferente. Lá existem institutos de assistência à saúde dos servidores, criados por lei estadual e financiados pelo Governo e por contribuições dos servidores, que oferecem todo tipo de serviço médico-hospitalar. O IAMSP – São Paulo, o IPASGO – Goiás, e o IPSEMG – Minas Gerais são alguns

exemplos de planos de saúde do Governo destes estados para os servidores e seus familiares.

Criar um instituto público de assistência à saúde dos servidores do GDF, com o objetivo de oferecer assistência médico-hospitalar, é uma proposta viável e que beneficiará a todos os servidores, em especial aos professores, melhorando sua qualidade de vida e seu poder aquisitivo, uma vez que estes deixarão de pagar planos de saúde privados. Grande parte das doenças que atingem os professores são causadas pelas más condições de trabalho. Portanto, quem deve pagar a conta pelo tratamento, assim como em outros estados é, principalmente, o Governo.

Criar um instituto público dos servidores é uma proposta viável que beneficiaria todos os servidores

Washington Dourado
Diretor do Sinpro

Saúde do professor e SEDF

Em recente pesquisa, o Sinpro chegou a uma alarmante constatação: quase a metade dos professores, aproximadamente 45% da categoria, tem alguma doença do trabalho. Acredita-se que no ano de 2002 nenhum estabelecimento de ensino passou 15 dias sem ter pelo menos um profissional afastado por problemas de saúde. As doenças mais comuns são as Lesões por Esforços Repetitivos e Distúrbios Osteomoleculares Relacionados ao Trabalho (LER/Dort), as doenças psicossomáticas (depressão, estresse, síndromes), doenças nas cordas vocais, problemas circulatórios, problemas alérgicos e outras - ver Quadro Negro nº 125.

A maioria dessas doenças torna-se crônica porque o professor acaba não priorizando a sua saúde em favor da sua presença em sala de aula. Num exemplo grosseiro, se o professor tem uma rouquidão, imagina que logo sua voz ficará boa, não procura um especialista, pois sabe que a sua turma não terá professor substituto, sabe que se tiver feito greve será pressionado pela direção da escola para

apresentar atestado médico. A sua responsabilidade unilateral com a turma compromete a sua saúde de forma irreversível.

Essa realidade torna-se mais cruel quando o professor doente precisa “trocar” seu atestado no serviço médico da SEDF. O Serviço Médico Odontológico hoje se resume a uma fiscalização de atestados e a um banco de humilhações contra o trabalhador em educação. Os profissionais que lá atendem não são especializados em doenças do trabalho e, por falta de conhecimento ou por má-fé, constroem e intimidam os professores que necessitam se afastar da sala de aula, chegando a chamá-los de preguiçosos e vagabundos. A forma como o SMO e a SEDF têm tratado a saúde do trabalhador, sem projetos ou políticas de prevenção dessas doenças, tem trazido mais ônus que bônus para a educação no DF.

A nova secretária de Educação do DF, Maria de Fátima Guerra, em coletiva à imprensa, disse que a

auto-estima do professor será destaque em sua gestão. Nós, do Sinpro, também acreditamos que o tema é de fundamental importância para uma educação de qualidade e, para isso, saúde, respeito e democracia são fundamentais.

Saúde do trabalhador e Sinpro

Em 2002, a direção do Sinpro participou e realizou alguns cursos e seminários em parceria com a CUT e outros sindicatos. O nosso último evento aconteceu em dezembro, na subseção de Taguatinga, onde analisamos o que já existe na legislação e o que ainda temos que fazer, coletivamente, para conquistar mais saúde e qualidade de vida.

Nesse seminário criamos um grupo de estudos que terá a sua primeira reunião dia 22 de março de 2003, na sede do Sinpro (SCS), às 15h. A participação está aberta a todos.

Valesca Rodrigues Leão
Diretora do Sinpro

Manobra conservadora tenta desestabilizar a Venezuela

Se você tiver a oportunidade, preste atenção nas imagens da tv: as roupas e o aspecto geral dos manifestantes venezuelanos contra o governo Chávez são de uma classe média revoltada, manobrada pela alta burguesia inconformada com a perda de privilégios. Essa é a tônica das manifestações contra o governo do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, capitaneadas por parte minoritária do alto comando do exército local, pela principal rede de televisão daquele país e por representantes das transnacionais, como o atual presidente da PDVSA – Petróleos da Venezuela, Alí Rodríguez Araque, atual secretário-geral da Opep e ligado às “seis irmãs”, as multinacionais petrolíferas que dominam o produto em nível internacional e que também estão extremamente interessadas na guerra dos EUA contra o Iraque.

O enviado especial do governo Lula para observar os acontecimentos na Venezuela, Marco Aurélio Garcia, afirmou em entrevista que a grande maioria da população continua apoiando o governo Chávez. Segundo ele, estamos assistindo, pelos meios de comunicação, a imensa manobra para desestabilizar o governo, apesar de existir importante movimento de apoio ao atual governo.

A imprensa local tem responsabilizado os partidários de Chávez por mortos e feridos durante as manifestações, ocultando o fato de que a polícia metropolitana de Caracas encontra-se subordinada ao prefeito Alfredo Peña, opositor do presidente.

O objetivo dos golpistas conservadores, liderados pela central sindical pelega CTV, pela federação empresarial Fedecámaras e pela ali-



Forças conservadoras, capitaneadas pela indústria petrolífera mundial, tentam desestabilizar o governo popular de Chávez, reivindicando um pseudo plebiscito

ança opositora Coordenadora Democrática, é antecipar um plebiscito sobre a permanência ou não de Chávez à frente do governo. O plebiscito é previsto na Constituição daquele país, a mesma criticada por ter sido excessivamente “chavista”, mas somente poderá ocorrer, de acordo com a lei, a partir de agosto deste ano. Os golpistas não querem esperar. Não podem esperar. Estão vendo seus privilégios irem por água abaixo e percebendo a reação popular e das forças armadas em prol do governo Chávez.

Eles temem, ainda, as novas leis que entraram em vigor em janeiro deste ano, que alteram a composição de forças dentro da estatal venezuelana de petróleo e permitem ao governo a desapropriação de latifúndios e imóveis urbanos desocupados em benefício dos sem-terra e dos sem-teto, uma lei cha-

vista que beneficiará milhões de pessoas em todo o país.

O que está em jogo na Venezuela é a democratização, não só de lá mas de toda a América Latina. Naquele país, o projeto neoliberal foi derrotado nas urnas com a esmagadora vitória de Hugo Chávez, que tenta realizar um governo em direção do atendimento das necessidades da população carente. Assim como no Brasil e no Equador, é uma reação dos povos latino-americanos há cerca de 15 anos de submissão ao neoliberalismo. Restam ao Brasil e aos trabalhadores brasileiros entenderem o poder de reação da burguesia, abrir os olhos contra a mídia parcial e apoiar um futuro que também pretendemos nosso: de transformações sociais que beneficiem os milhões de excluídos pela fome de lucro do capitalismo.

Fórum Social Mundial começa dia 23, no RS

De 23 a 28 de janeiro acontece em Porto Alegre a terceira edição do Fórum Social Mundial. O evento é composto por conferências, painéis, mesas de diálogo e controvérsia, além de outras reuniões, como o Fórum de Autoridades Locais, que reúne autoridades municipais de todo o mundo; o Fórum Parlamentar Mundial, que congrega parlamentares em nível global, engajados na interação de sua ação legislativa com a mobilização da sociedade civil e de movimentos sociais; e o Fórum Mundial de Educação, entre outros, que unifica o debate entre educadores de todo o mundo.

O ministro da Educação, **Cristovam Buarque**, será um dos debatedores no Fórum Mundial de Educação, que acontece de 19 a 22 de janeiro. “Violência nas escolas e estratégias de superação” é o tema do debate e abordará as diferentes concepções sobre violência e a criação de uma cultura de paz e não-violência. A atividade é promovida pela Unesco, uma das agências das Nações Unidas que incentiva a cooperação técnica entre os estados-membros, buscando oferecer uma contribuição em políticas de promoção do desenvolvimento da educação, da ciência e da cultura. O Sinpro enviará representantes para o Fórum Social Mundial e o da Educação, na busca de um debate democrático e participativo, integrando a experiência do DF com e de outros estados brasileiros e países participantes.

90 anos do Rei do Baião

“**E** u vou mostrar pra vocês como se dança um baião e quem quiser aprender é favor prestar atenção...”. A famosa música ‘Baião’, composta por Humberto Teixeira e Luiz Gonzaga, é uma das marcas da carreira do Rei do Baião, do pernambucano de Exu, nascido em 13 de dezembro de 1912 e que mostrou para o país a riqueza do xote, do baião, do xaxado, do ritmo nordestino que durante anos encantou o sertão, apesar de totalmente desconhecido no Sudeste moderno, como Rio de Janeiro e São Paulo.

Filho de Januário e Ana Batista (conhecida como Santana), Luiz Gonzaga aprendeu a tocar sanfona com seu pai, sanfoneiro e consertador do instrumento. Aos poucos, vai tocando e agradando no interior de Pernambuco, até entrar para o Exército, através do qual, depois de longos anos como corneteiro, chega ao Rio de Janeiro.

É no Rio que Gonzaga começa a tocar em bares, boates e, finalmente, chega às rádios. Ainda que tocando polcas e valsas, pouco a pouco começa a ganhar espaço e consegue gravar o chamego “Vira e mexe” e o xote “Meu pé de serra”, dois sucessos que o levam a São Paulo, onde é obrigado a tocar do lado de fora das rádios, tamanho o público para ouvi-lo.

De 1948 a 1954 alcança o ápice da carreira. “Asa Branca” bate todos os recordes de vendas, tornando-se um grande sucesso nacional. Logo depois, entretanto, cai no ostracismo. As músicas modernas, com guitarras eletrônicas e americanizadas, ocupam seu lugar. Só volta ao sucesso já no final dos anos 60, impulsionado principalmente pelo tropicalismo, que o reconhece como “o pai da criança”.

Luiz Gonzaga, no início da carreira, teve que mudar de roupa, a típica nordestina, para cantar de smoking. A vestimenta foi considerada ofensiva, por ser igual a de Lampião, considerado apenas um vilão pela elite



Em 35 anos de profissão, gravou mais de 800 músicas e tornou-se o Rei do Baião, o maior mito da música nordestina de todos os tempos. No final do ano passado, quando completaria 90 anos do seu nascimento, foi homenageado de norte a sul do país.

O menino que fez xixi na rede após a sua primeira apresentação, no interior de Pernambuco, ganhou três museus em sua homenagem: um em Exu (PE), outro em Campina Grande e o terceiro em Cajazeiras, na Paraíba.

Sonhos de poemas e posias

“Para Sonhar & Lembrar” é um livro de poesias escrito pela professora aposentada da rede pública, Marilene César Drumond, natural de Lajes, em Santa Catarina.

As poesias e poemas de Marilene nos transportam para uma “variada fragrância de sentimentos, pois todos são temas do nosso cotidiano, de nossas emoções”.

A autora possui outro livro publicado, “Repassando uma trajetória”, com algumas de suas lembranças, momentos determinantes de sua vivência.

Para fazer contato com a professora Marlene basta ligar para o telefone 244-1102.

Dois por dois, a comédia do ano

A professora e atriz Ruth Guimarães está no elenco da peça “Dois por Dois – A comédia do ano”, que fica em cartaz, de quinta a domingo, até o dia 2 de fevereiro, na Sala Marco Antônio Guimarães, do Espaço Cultural da 508 Sul. José Regino divide o palco com Ruth na montagem do texto de Fabíola Líper, que conta a história de um homem e uma mulher que nunca se viram e que, por obra e graça (ou desgraça) do destino, ficam presos no elevador de um prédio comercial numa quinta-feira, véspera de feriado prolongado. Com direção de Dimer Monteiro, a peça trata de maneira bem humorada a relação que é estabelecida por eles durante os possíveis longos três dias de confinamento.

O que se pode esperar dessa relação? Ajuda mútua? Companheirismo? Solidariedade? Vale a pena conferir! Sempre às 21h, com ingressos a R\$ 10 e R\$ 5 - atores e sindicalizados pagam meia entrada.

Brinquedoteca é coisa séria

Brincar é coisa séria. Com esse lema a **Brinquedoteca** atende a crianças de dois a 10 anos oferecendo jogos, brincadeiras, acompanhamento das atividades escolares, biblioteca, oficina de teatro. Tudo orientado por “brinquedistas” experientes.

Funcionando na QND 32, lote 09, em Taguatinga Norte, a Brinquedoteca tem o entendi-

mento de que brincar proporciona a oportunidade para a criança se expressar em diferentes linguagens: corporal, oral, plástica, musical etc.

Ao mesmo tempo, acredita que a brincadeira estimula a troca e a socialização das crianças de diferentes etnias, classes sociais, culturas, idades etc.

Para os idealizadores do projeto, em suma, brincar é coisa séria.